

Mário Lúcio Quintão Soares  
Lailson Baeta Neves

# **MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÕES CONSTITUCIONAIS**



Belo Horizonte  
2019



Copyright © 2019 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

EDITORA DEL REY LTDA.

[www.editoradelrey.com.br](http://www.editoradelrey.com.br)

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Diagramação / Capa: Alfstudio

Revisão: Maria Elizabete de Sousa

#### CONSELHO EDITORIAL:

Alice de Souza Birchall

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antonio Augusto Junho Anastasia

Antônio Pereira Gaio Júnior

Aroldo Plínio Gonçalves

Carlos Alberto Penna R. de Carvalho

Dalmar Pimenta

Edelberto Augusto Gomes Lima

Edésio Fernandes

Felipe Martins Pinto

Fernando Gonzaga Jayme

Hermes Vilchez Guerrero

José Adércio Leite Sampaio

José Edgard Penna Amorim Pereira

Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior

Misabel Abreu Machado Derzi

Plínio Salgado

Rénan Kfuri Lopes

Rodrigo da Cunha Pereira

#### EDITORA

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24

Centro - Belo Horizonte-MG

CEP 30190-909

Comercial:

Tel.: (31) 3284-3284 | 3293-8233

[vendas@editoradelrey.com.br](mailto:vendas@editoradelrey.com.br)

Editorial:

[editorial@editoradelrey.com.br](mailto:editorial@editoradelrey.com.br)

Soares, Mário Lúcio Quintão  
5676m Mandado de segurança e ações constitucionais / Mário Lúcio  
Quintão Soares, Lailson Baeta Neves. - Belo Horizonte: Del Rey, 2019.  
150 p. - Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-384-0558-0

1. Mandado de segurança — Brasil 2. Habeas-corpus 3. Habeas-  
data 4. Mandado de injunção 5. Ação civil pública 6. Ação popular  
7. Direito de petição I. Neves, Lailson Baeta II. Título

CDU 347.922:35.077(81)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Luciane Lorena Queiroz CRB 6/2233.

# Sumário

Prefácio.....	IX
Introdução.....	XIII

## Capítulo 1

<b>DO MANDADO DE SEGURANÇA (MS).....</b>	<b>1</b>
1.1 Da gênese do Mandado de Segurança .....	2
1.2 Do conceito e da natureza jurídica do Mandado de Segurança.....	4
1.3 Da finalidade do Mandado de Segurança.....	5
1.4 Do objeto do Mandado de Segurança.....	7
1.5 Do significado de “direito líquido e certo” .....	9
1.6 Da autoridade coatora no Mandado de Segurança.....	12
1.7 Da legitimidade no Mandado de Segurança.....	13
1.8 Da atuação do Ministério Público no Mandado de Segurança.....	17
1.9 Das espécies de Mandado de Segurança.....	18
1.10 Da legitimidade ativa dos partidos políticos em face do Mandado de Segurança coletivo.....	23
1.11 Da legitimidade ativa das organizações sindicais, das entidades de classe e das associações em relação ao Mandado de Segurança coletivo.....	24
1.12 Da concessão da liminar em Mandado de Segurança.....	28
1.13 Breves questões procedimentais no processo constitucional pertinente ao Mandado de Segurança.....	31

**Capítulo 2**

<b>DO HABEAS CORPUS (HC)</b> .....	<b>35</b>
2.1 Do Habeas Corpus em perspectiva garantista .....	36
2.2 Da gênese e da constitucionalização do Habeas Corpus .....	38
2.3 Do conceito de Habeas Corpus .....	41
2.4 Das espécies de Habeas Corpus .....	42
2.5 Das hipóteses de cabimento do Habeas Corpus .....	45
2.6 Do conteúdo da petição inicial de Habeas Corpus.....	46
2.7 Da competência para se julgar o Habeas Corpus.....	46
2.8 Do procedimento no manejo do Habeas Corpus.....	50
2.9 Da interpretação do direito de locomoção em sociedade democrática .....	51
2.10 Jurisprudência predominante sobre o Habeas Corpus .....	54

**Capítulo 3**

<b>DO HABEAS DATA (HD)</b> .....	<b>59</b>
3.1 Da gênese do Habeas Data .....	60
3.2 Do conceito e da natureza jurídica do Habeas Data.....	61
3.3 Da regulamentação do Habeas Data no direito brasileiro .....	64
3.4 Da legitimidade e do objeto do Habeas Data .....	64
3.5 Do procedimento do Habeas Data .....	65
3.6 Da competência para julgamento do Habeas Data .....	70

**Capítulo 4**

<b>DO MANDADO DE INJUNÇÃO (MI).....</b>	<b>71</b>
4.1 Da gênese do Mandado de Injunção .....	72
4.2 Da interpretação dada pelo STF e da regulamentação do Mandado de Injunção.....	73
4.3 Do conceito de Mandado de Injunção .....	75
4.4 Da legitimação do Mandado de Injunção.....	76
4.5 Do procedimento especial (art. 4º ao 8º da Lei nº 13.330/2016).....	77
4.6 Do Mandado de Injunção coletivo (arts. 12 e 13 da Lei nº 13.330/2016).....	82
4.7 Da competência para se julgar Mandado de Injunção.....	84
4.8 Da eficácia das decisões no Mandado de Injunção.....	85

**Capítulo 5**

<b>DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (ACP) .....</b>	<b>89</b>
5.1 Da regulamentação da Ação Civil Pública .....	90
5.2 Do conceito da Ação Civil Pública .....	91
5.3 Da legitimidade para proposição da Ação Civil Pública.....	92
5.4 Do objeto da Ação Civil Pública .....	97
5.5 Do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) em face da ACP .....	98
5.6 Do procedimento para instauração da Ação Civil Pública.....	100
5.7 Da propositura da Ação Civil Pública .....	101

## VIII

**Capítulo 6****DA AÇÃO POPULAR (AP).....105**

6.1	Da gênese da Ação Popular .....	105
6.2	Da constitucionalização da Ação Popular .....	107
6.3	Do conceito e da finalidade da Ação Popular .....	109
6.4	Dos requisitos e da legitimidade para ajuizamento da Ação Popular .....	110
6.5	Do objeto da Ação Popular .....	112
6.6	Da atuação do Ministério Público na Ação Popular .....	113
6.7	Da ilegitimidade da pessoa jurídica para propor Ação Popular .....	114
6.8	Da competência para julgamento e do procedimento adotado na Ação Popular .....	115

**Capítulo 7****DO DIREITO DE PETIÇÃO (NÃO JURISDICIONAL) .....119**

7.1	Da gênese do Direito de Petição .....	120
7.2	Da natureza jurídica do Direito de Petição .....	121
7.3	Da legitimação e do procedimento do Direito de Petição .....	122

**Capítulo 8****DO DIREITO CONSTITUCIONAL****DE SE OBTER CERTIDÃO.....125**

8.1	Do significado jurídico de certidão .....	126
8.2	Da transparência no Estado Democrático de Direito e o Direito de Certidão .....	126

**REFERÊNCIAS .....131**